
DEVEMOS MANTER FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS, EPISTÊMICAS, POLÍTICAS E CULTURAIS COM ÁFRICA?

Jefferson Virgilio

Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

jv@iberoamericasocial.com

O conjunto de reflexões que proponho aqui busca recuperar breves debates que em outros momentos deve nos ter passado em frente aos olhos, mas sem ter sido realmente visto ou até problematizado de maneiras mais pormenorizadas. Pergunto agora de modo explícito se é possível ou pertinente construir ou manter uma definição qualquer de Iberoamerica que ignore as nossas raízes e as relações com povos, territórios e modos de pensar e viver assim chamados... Africanos? Especialmente em um momento onde alardeamos a revisão de limites, fronteiras e distanciamentos que nos são impostos.

Os países e territórios que compõem a chamada Iberoamerica são atualmente em número de vinte e dois.¹ Regra geral eles são orientados por um recorte geográfico-linguístico - bastante arbitrário -, ainda que alguns países que possuem o idioma espanhol como segundo idioma oficial neste espaço geográfico sejam excluídos, e territórios que façam parte de outros países acabem incluídos. Não é sobre isto que iremos discutir.

A questão remete especialmente aos limites que impedem a construção da Iberoamerica tendo

1 Em ordem alfabética: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, Uruguai, Venezuela. Este número pode ser superior se considerarmos as nações de Andorra e de Andalucía, ou da Galícia, entre outros territórios específicos.

Para citar este artículo: Virgilio, J. (2018). Devemos manter fronteiras geográficas, epistêmicas, políticas e culturais com África. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales IX*, pp. 27 - 30. Recuperado en <https://iberoamericasocial.com/devemos-manter-fronteiras-geograficas-epistemicas-politicas-e-culturais-com-a-africa>

em mente as suas relações e dependência geográficas, epistêmicas, políticas e culturais com a denominada África. Seja lá o que for isto.

As **geografias**. Há aqui dois pontos curiosos. O primeiro remete a promíscua relação do norte da África com o sul da Europa desde vários séculos atrás. As invasões, as trocas de passagens humanas, animais e de bens comerciais, além das crenças, hábitos alimentares e religiões que ocorrem há séculos na região são sintomáticas de como não se pode falar de um, sem considerar o outro. O outro ponto remete ao próprio território espanhol que ainda hoje mantém “umas terras” no norte da África. Estas terras são derivadas de uns séculos atrás, quando tanto Portugal como Espanha mantinham *territórios ultramarinos*, também chamados de colônias. Não é muito difícil encontrar falantes de português, espanhol e portunhol no Marrocos. Apenas para registo.

As **epístemes**. O que dizer do luso-tropicalismo? Um termo que temporalmente está localizado entre a defesa do *império português* e a nova tentativa de aplicação deste que é chamada de *lusofonia*. Remete a um modo de pensar e viver que é capaz de produzir uma batida dita perfeita que recupera o “melhor” de “três” mundos. Não seria possível chegar a tamanho absurdo de irracionalidade sozinho. É necessário absorver, incluir e civilizar terceiros e neste processo, invariavelmente o compartilhamento e a contaminação ocorre pra todos os lados. Alguns destes lados (vide Gilberto Freyre) inclusive defendem tamanha irracionalidade. Ensina-se a pensar, e aprende-se a pensar, tudo no próprio idioma. Alguns teóricos² afirmam que a língua é formadora e delimitadora do pensar (e da organização social), sendo assim, influenciadora nata do que é razão e de como fazer e disseminar essa tal razão. Vamos lembrar do idioma oficial ensinado nas escolas de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial entre outros.

As políticas. Sejam políticas públicas, sejam os modos de controle e organização social, sejam as leis, sejam as instituições e as pessoas políticas. Os exemplos vão desde uma *Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa* (CPLP) aos estados e nações que foram e são incluídos dentro da Espanha, sejam como vice-reinos (no passado), sejam como territórios “autônomos” ainda hoje - eles lembram-me Guam, Hawaii e as Malvinas *argentino-britânicas*. Atualmente ainda mantem-se as ilhas canárias, e as cidades de Ceuta e de Mellila, por exemplo. Em Portugal chegou-se ao ponto de criar leis de incentivo para que *imigrantes africanos* retornassem para seus países de origem. Frequentemente ex-colônias portuguesas. Quando alguns países africanos estavam atrás da implementação do idioma oficial, após independência, foram os teóricos brasileiros que foram chamados para propor o plano de ação de instalação do “novo idioma”³. Ceuta está muito longe de ser representativa de uma *cidade europeia*. Ou *iberoamericana* se há preferência por este termo. É mais ou menos como identificar a população do município de São Francisco do Conde (Bahia, no Brasil) como majoritariamente branca. O “avanço” do discurso autoproclamado como *cristão* para o tal *civilizado* e destes para *ocidental* ou *europeu* não é muito distante de “novos” desenvolvimentos para *espanhol, português* e aqui destaco - *iberoamericano*.

2 Ver textos de Michel Foucault ou Ferdinand Saussure sobre linguagem e sociedade.

3 Ver o livro “A África ensinando a gente” de Paulo Freire e Sérgio Guimarães.

As **culturas**. Havia uns senhores⁴ que gostavam de dizer que a missão de Portugal era *criar novos povos, criar novos mundos*. Mas era impossível criar novos povos, novas formas de pensar sem absorver parte daquele que busca civilizar - como já escrito acima. Há quem diga até hoje que o fado português na verdade é brasileiro - a tal *modinha*. Outros dizem que é negro. Africano, nas vestes do tal *lundu/m*. Nada mais negro, diria africano, que aquele cara chamado de samba *brasileiro*. Podemos ainda falar das religiões *afro-brasileiras* e de toda aquela culinária horrível que permanece nos arredores de São Salvador e da baía de todos os santos. O caracol comida tipicamente portuguesa. O tango *argentino* vai por caminhos parecidos. Existem poucas memórias musicais mais tristes que o fado ou o tango, talvez comparáveis aqueles versos cantados por negros dentro de um navio negreiro que atravessava o atlântico. O flamenco, é bom lembrar, está muito longe de poder ser chamado de *espanhol*.

O principal ponto que busca-se iluminar aqui é: Há, efetivamente uma racionalidade qualquer que impeça a participação de locais, idiomas, práticas ou crenças ditas e tidas como *africanas* - diria negras - no que esperamos compreender e construir como Iberoamerica? A pergunta é honesta, provocativa e sincera. Em mais do que um momento busquei incluir nomes de colegas de Moçambique, Cabo Verde e Angola enquanto partes do projeto, e regra geral ouvi que "não se adequam ao recorte da revista". Resgato aqui estes questionamentos. Não há como falar nem de Brasil, nem de Cuba, nem de Portugal ou de Espanha sem falar do passado escravo que gerou estes territórios. O genocídio do povo negro que alguns países latino-americanos realizaram é muito próximo daquele realizado contra as populações autóctones. Tenho sinceras dúvidas que há interesse em participar de tal formato de epistemocídio ao intencionalmente silenciar vozes, corpos e mentes próximos à tais contornos.

O que se entende e defende por Iberoamerica é um belo pedaço de construção imagética, que é resquício direto de tempos passados, coloniais e imperiais. Tenho dúvidas sobre a real necessidade de manter tal saudosismo na defesa de um nome, quase um verbete da *Britannica* - diria Wikipédia. Especialmente em tempos de revisão de conceitos e em um espaço onde buscamos romper com as fabricadas fronteiras.

E sim, é possível que similares reflexões sejam construídas para territórios na Ásia, Oceania ou mesmo na Europa. Uma inclusão do idioma francês, ou de recortes geográficos de antigos territórios da Coroa Espanhola, por exemplo, permitiriam rever certos limites que nos foram sugeridos na tal Iberoamerica.

Agora, se não se consegue incluir descendentes de um "punhado" de negros que perderam amigos e parentes que foram escravizados e incorporados em outro continente em tal discussão... imagine então considerar aqueles revoltosos que decidiram criar novas nações ou até enforcar um ou outro aspirante à rei? O que dizer então daqueles que passados dois séculos mantêm o uso do idioma do colonizador, mas que o fenótipo os identifica como *chinos y índios*?

Talvez seja hora de pensarmos no próximo dossiê. E quem sabe esse dossiê possa ser mais negro

⁴ Veja por exemplo os textos de Gilberto Freyre sobre o luso-tropicalismo ou autores mais recentes defensores da lusofonia.

que os anteriores. Mais africano que os anteriores e com sorte menos luso-hispano e principalmente menos centrado na incestuosa relação euro-latino-americanista.

Ps.: A omissão de uma lista de referências é intencional.

Ps.: E sim, sabe-se que há "uma" África que não é negra.

Ps.: Todas as aspas duplas são provocativas.